



Instruções – Prova Objetiva A:

- Este caderno contém 20 (vinte) questões, com 5 alternativas cada uma.
- Cada questão contém somente UMA ALTERNATIVA CORRETA.
- Atribui-se a cada questão o valor de 0,5 ponto, totalizando 10,0 pontos.
- Há um QUADRO DEFINITIVO DE RESPOSTAS, que deverá ser preenchido de caneta AZUL ou PRETA.

Quadro Definitivo de Respostas

Alternativa/ Questão	A	B	C	D	E
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					

- A duração da prova terá 2h (duas horas).
- O tempo mínimo de permanência na sala é de 30 (trinta) minutos após o início da prova.
- A aluno não poderá retirar-se da sala de prova levando o caderno de questões.
- Trata-se de prova sem consulta à legislação, ao material de apoio e aos colegas.
- Boa prova!

Questão 2 (FCC/2013/TCE-SP – AUDITOR DO TRIBUNAL DE CONTAS - ADAPTADA). É vedada a limitação ao tráfego de pessoas ou bens por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais. A proibição refere-se ao princípio da:

- A) Não discriminação em razão da procedência ou destino, que deve ser observado por todos os entes federados, tendo como exceção a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo poder público.
- B) Liberdade do tráfego de pessoas e bens, sendo direcionado unicamente à União e aos Municípios, tendo como exceção a cobrança do pedágio pela utilização de vias conservadas pelo poder público.
- C) Não discriminação em razão da procedência ou destino, que deve ser observado por todos os entes federados, não contemplando exceção.
- D) Liberdade do tráfego de pessoas e bens, que deve ser observado por todos os entes federados, tendo como exceção a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo poder público.
- E) Não discriminação em razão da procedência ou destino, que deve ser observado pela União, Estados e Distrito Federal, tendo como exceção a cobrança do pedágio pela utilização de vias conservadas pelo poder público.

Questão 3 (FGV/2014/SEFAZ-MT - AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO DA RECEITA MUNICIPAL - ADAPTADA). É sabido que todos os tributos têm função arrecadatória, ainda que alguns tenham mais acentuada função extrafiscal, buscando, assim, objetivos outros que não apenas o de arrecadar receitas públicas.

- Assinale a opção que indica o tributo com função extrafiscal mais acentuada.
- A) Taxa de Coleta Domiciliar de Lixo
- B) Imposto Sobre Serviços.
- C) Imposto Sobre Transmissão Causa Mortis e Doação.
- D) Contribuição de Iluminação Pública.
- E) Imposto de Importação.

Questão 1 (VUNESP/2019/FISCAL DE TRIBUTOS - ADAPTADA). É reservado à lei complementar em matéria tributária:

- A) O estabelecimento da alíquota do imposto sobre produtos industrializados.
- B) A regulamentação das limitações constitucionais ao poder de tributar.
- C) A definição da base de cálculo do imposto sobre propriedade predial e territorial urbana.
- D) A instituição de novas imunidades tributárias.
- E) A instituição do Imposto Extraordinário de Guerra.

Questão 4 (CESPE-CEBASPE/2024/FINEP - ANALISTA JURÍDICO - ADAPTADA). Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a opção correta em relação aos princípios gerais do sistema tributário nacional e às limitações ao poder de tributar.

- A) A imunidade tributária recíproca estende-se incondicionalmente às empresas públicas e às sociedades de economia mista.
- B) Por ser específico e divisível, o serviço de iluminação pública pode ser remunerado por meio de taxa.
- C) É constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.
- D) Em decorrência da imunidade tributária recíproca, é vedado aos entes federativos instituir tributos sobre o patrimônio, a renda e os serviços uns dos outros.
- E) De acordo com o princípio da anterioridade da lei tributária, é vedada a cobrança de tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.

Questão 5 – (FCC/2016/PROCURADOR MUNICIPAL - ADAPTADA) O chefe do Poder Executivo, por meio de medida provisória convertida em lei pelo Congresso Nacional, majorou a alíquota do imposto sobre a renda das pessoas físicas. Considerando que a medida provisória foi convertida em lei no mesmo exercício financeiro em que foi adotada, a majoração pretendida passará a produzir efeitos a partir dos fatos geradores ocorridos:

- A) No exercício financeiro seguinte àquele em que a nova lei foi publicada, respeitando-se, também, o princípio nonagesimal (noventena), por se tratar do imposto sobre a renda, o qual deve observar as duas anterioridades constitucionais, ou seja, a anual e a noventena.
- B) Imediatamente, desde que a nova lei seja promulgada e publicada de acordo com o processo legislativo previsto na Constituição Federal.
- C) Após o prazo de noventa dias da data em que haja sido publicada a nova lei que majorou o imposto sobre a renda.
- D) No mesmo dia da publicação da lei, tendo em vista a exceção prevista na Constituição Federal, ao tratar das regras sobre medida provisória.
- E) No exercício financeiro seguinte àquele em que a nova lei, decorrente da medida provisória aprovada, foi publicada.

Questão 6 (FGV/2016/CODEBA - ANALISTA PORTUÁRIO – ADVOGADO). Em maio de 2015, a União aumentou, por meio de lei, as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de itens de alimentação e higiene. Sobre essa lei, assinale a afirmativa correta.

- A) A lei que majorou as alíquotas do IPI entrará em vigor no primeiro dia do exercício financeiro de 2016, uma vez que o IPI se submete apenas ao princípio da anterioridade de exercício.
- B) A lei que majorou as alíquotas do IPI poderá ser aplicada a fatos geradores ocorridos antes do início da

vigência da lei que as aumentou, uma vez que o IPI não se submete ao princípio da irretroatividade.

- C) A lei que majorou as alíquotas do IPI entrará em vigor imediatamente após a sua publicação, uma vez que o IPI não está sujeito aos princípios das anterioridades.
- D) A lei que majorou as alíquotas do IPI entrará em vigor 90 (noventa) dias após a sua publicação, uma vez que o IPI não está sujeito ao princípio da anterioridade de exercício.
- E) A lei que majorou as alíquotas do IPI entrará em vigor no primeiro dia do exercício de 2016, uma vez que o IPI se submete ao princípio da anterioridade de exercício e ao princípio da anterioridade nonagesimal.

Questão 7 (FEPESE/2024/PREFEITURA DE CAÇADOR - TÉCNICO TRIBUTÁRIO - ADAPTADA). Em um de seus artigos, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que “sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte [...].”

Tal dispositivo diz respeito ao princípio tributário da:

- A) Isonomia.
- B) Vedaçāo ao confisco.
- C) Seletividade.
- D) Capacidade contributiva
- E) Disponibilidade Financeira.

Questão 8 (CESPE/CEBRASPE/2024/ CAGEPA-PB - ADAPTADA). Com referência ao princípio da capacidade contributiva, assinale a opção correta.

- A) A capacidade contributiva é um princípio que se aplica exclusivamente aos impostos indiretos.
- B) O princípio em consideração impede a progressividade na tributação.
- C) O princípio em questão permite a discriminação arbitrária entre contribuintes com a mesma capacidade econômica exclusivamente em casos de guerra externa, de calamidade pública e de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.
- D) Levando em consideração um dos parâmetros do princípio em apreço é possível determinar que a tributação deve ser proporcional à capacidade econômica do contribuinte.
- E) A capacidade contributiva, de acordo com a jurisprudência atual do STF, é um princípio aplicável apenas aos impostos pessoais.

Questão 9 (AGIRH/2019/PREFEITURA DE CANAS-SP - FISCAL DE TRIBUTOS - ADAPTADA). Em relação a tributos analise as afirmações abaixo.

- I. Taxas: as taxas são cobradas em razão da prestação de atividades estatais, tais como os serviços públicos ou do exercício do poder de polícia.
 - II. Impostos: incidem, por exemplo, sobre a propriedade de imóvel urbano (IPTU), a disponibilidade de renda (Imposto sobre a Renda), a propriedade de veículo automotor (IPVA), entre outros.
 - III. Contribuições de Melhoria: as contribuições de melhoria podem ser cobradas em razão da realização de obra pública que implique valorização de imóvel do contribuinte.
- São afirmativas corretas:

- A) I e II
- B) I, II e III
- C) I
- D) II e III
- E) I e III

Questão 10 (FGV/2024/CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO - PROCURADOR LEGISLATIVO - ADAPTADA). O Supremo Tribunal Federal – STF analisou, em diversas oportunidades, a extensão da imunidade tributária recíproca. De acordo com a CRFB/88 e o entendimento do STF, não pode(m) gozar da imunidade tributária recíproca:

- A) As empresas públicas delegatárias de serviço público essencial, quando cobram tarifa como contraprestação do serviço, ainda que não distribua lucros a acionistas privados nem ofereça risco ao equilíbrio com,correncial.
- B) As pessoas jurídicas de direito público, em relação ao Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA incidente sobre os automóveis de suas autarquias.
- C) As sociedades de economia mista, cuja participação acionária é negociada em Bolsas de Valores e que distribua lucros a investidores.
- D) A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT em relação aos serviços prestados em que não age em regime de monopólio.
- E) Os conselhos de fiscalização profissional, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais.

Questão 11 (FCC/2008/TCE-AL - PROCURADOR). É exceção ao princípio da uniformidade geográfica:

- A) Vedaçāo da União em instituir tributo uniforme em todo o território nacional.
- B) Vedaçāo aos Estados e Distrito Federal de instituir isenções de tributos de competência dos Municípios.
- C) Concessão, pela União, Estados, Distrito Federal e municípios, de diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão da procedência.
- D) Vedaçāo de estabelecer limitação ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais.
- E) Concessão, pela União, de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre diferentes regiões do País.

Questão 12 – O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Tema 863 de Repercussão Geral, analisou a legalidade da aplicação de multas qualificadas tributárias superiores ao valor do tributo devido, à luz do princípio do não confisco. O STF reafirmou que as multas qualificadas tributárias não podem ser desproporcionais, de forma a comprometer a própria existência do contribuinte, violando assim o princípio da capacidade contributiva e o não confisco. Com base nesse julgamento, analise as afirmativas a seguir:

- I. O STF, ao julgar o Tema 863, decidiu que a aplicação de multas tributárias não pode ultrapassar 100% do valor do tributo devido, em respeito ao princípio do não confisco.

II. A decisão no Tema 863 do STF estabelece que as multas tributárias podem alcançar 150% do valor do tributo em caso de reincidência.

III. O STF reafirmou o entendimento de que a aplicação de multas tributárias que representem uma carga excessiva ou confiscatória viola os direitos fundamentais dos contribuintes, em especial o princípio do não confisco.

Está correta a(s) afirmativa(s):

- A) I, II e III
- B) I e III
- C) II e III
- D) Apenas II
- E) Apenas I

Questão 13 – Os impostos e as taxas são espécies de tributos previstos na Constituição Federal, mas com características distintas. Enquanto ambos são formas de arrecadação pelo Estado, possuem diferenças significativas no que diz respeito à sua finalidade e exigibilidade.

Com base no entendimento sobre a distinção entre impostos e taxas, analise as afirmativas a seguir:

- I. Os impostos são tributos que não estão vinculados a uma contraprestação direta do Estado ao contribuinte, sendo cobrados para atender às necessidades gerais da Administração Pública.
- II. As taxas são tributos cobrados em razão de uma prestação de serviço público específico e divisível, ou pelo exercício do poder de polícia, estando sempre vinculadas a uma atuação estatal relacionada ao contribuinte.
- III. A principal diferença entre impostos e taxas é que os impostos estão relacionados ao financiamento de serviços específicos, enquanto as taxas são tributos gerais que não exigem uma contraprestação direta ao contribuinte.

Está correta a(s) afirmativa(s):

- A) III
- B) II e III
- C) I e II
- D) Apenas I
- E) Apenas II

Questão 14 (BIG ADVICE/2017/PREFEITURA DE PARISI-SP). Procurador Jurídico. Tributo é:

- A) Toda prestação pecuniária não compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- B) Toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou bens imóveis, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- C) Toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- D) Toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir incluindo sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- E) Toda prestação pecuniária facultativa, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção

de ato ilícito, independente de lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Questão 15 (FGV/2008/TJ-MS - JUIZ DE DIREITO). Com base nos Princípios Constitucionais Tributários, analise as afirmativas a seguir:

- I. A vedação que impede a União, os Estados, o DF e os Municípios de exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça consagra o princípio da legalidade tributária.
- II. O princípio da irretroatividade tributária veda a cobrança de tributo no mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada a lei que o instituiu ou majorou.
- III. O princípio da uniformidade geográfica admite excepcionalmente que sejam concedidos incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do país.

Assinale:

- A) Se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- B) Se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- C) Se nenhuma afirmativa estiver correta.
- D) Se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- E) Se todas as afirmativas estiverem corretas.

Questão 16 (FGV/2009/SEFAZ-RJ - FISCAL DE RENDAS - ADAPTADA). As alternativas a seguir apresentam *atribuições da lei complementar tributária*, à exceção de uma.

- A) Atribuir ao sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente.
- B) Instituir as contribuições especiais residuais para o custeio da seguridade social.
- C) Dispor sobre o adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.
- D) Instituir o imposto sobre grandes fortunas.
- E) Dispor sobre os requisitos para o gozo da imunidade tributária relativa a impostos sobre patrimônio, renda ou serviços das instituições de educação e assistência social, sem fins lucrativos.

Questão 17 (FGV/2011/ SEFAZ-RJ - AUDITOR). A respeito da imunidade tributária, é correto afirmar que:

- A) os templos de qualquer culto não poderão ser tributados em relação ao IPTU e às taxas de contribuição de melhoria.
- B) a imunidade recíproca entre os entes federados não se aplica em relação à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.
- C) a imunidade recíproca entre os entes federados é absoluta, ou seja, abarca todas as espécies de tributos.
- D) as imunidades seguem as regras de competência previstas na Constituição, mas são criadas por meio de lei.
- E) as entidades sindicais dos trabalhadores e as patronais gozam de imunidade tributária.

Questão 18 (CESPE/2010/MPE-SE - PROMOTOR DE JUSTIÇA). Considere que um Estado tenha instituído imposto sobre o consumo de água tratada, por meio de lei complementar estadual; um Município do mesmo Estado

tenha instituído contribuição para o custeio de iluminação pública, por meio de lei ordinária; e a União tenha instituído, por meio de lei complementar, imposto sobre grandes fortunas. Nessa situação, agiu(ram) em conformidade com a CF somente

- A) O Município.
- B) A União e o Município.
- C) O Estado.
- D) O Estado e o Município.
- E) A União.

Questão 19 (COMPERVE/UFRN/2012/ADVOGADO DA CM DE MOSSORÓ/RN - Adaptada). Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre taxas, é correto afirmar que:

- A) O município poderá instituir taxa como contraprestação pelos serviços a serem prestados por unidade especializada em saúde.
- B) É inconstitucional a adoção, no cálculo do valor da taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.
- C) É constitucional a instituição de taxa para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, cobrada em razão da prestação de serviço não específico e não divisível.
- D) Taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta domiciliar de lixo não viola o artigo 145, inciso II, da Constituição Federal.
- E) É constitucional a instituição de taxa de iluminação pública nos municípios que não tenham ainda instituído a contribuição para o custeio do referido serviço público.

Questão 20 (CESPE/2012/TJ-PI - JUIZ DE DIREITO - ADAPTADA) No que concerne à competência tributária, assinale a opção correta.

- A) Sendo, como regra geral, delegável a competência tributária, justifica-se a delegação da atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos.
- B) O poder de tributar é atribuído aos entes políticos, mas a Constituição Federal assinala a esfera de competência dos níveis federal, estadual e municipal.
- C) Na ausência de normas gerais da União, os estados e o DF não têm a possibilidade de exercer a competência legislativa plena em matéria tributária.
- D) As principais características da competência tributária são a transmissibilidade e a renunciabilidade, conforme a legislação em vigor.
- E) À luz do CTN, o não exercício da competência tributária pelo ente competente defere a outra pessoa jurídica de direito público o exercício tributário, que não pode ser obstaculizado.

Alternativa/ Questão	A	B	C	D	E
1		■			
2				■	
3			■		■
4			■		
5					■
6				■	
7				■	
8				■	
9		■			
10			■		
11					■
12	■				
13			■		
14			■		
15				■	
16	■				
17		■			
18		■			
19				■	
20		■			